

## **As capivaras e o convívio com a fauna em Brasília**

Precisamos mudar nossa postura em relação a como lidamos com a fauna que compartilham as cidades conosco

**Eduardo Guimarães Santos:** doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ecologia, Universidade de Brasília (dudubiologia@gmail.com)

**André Faria Mendonça:** professor do Departamento de Ecologia, Universidade de Brasília (afmendonca@unb.br)



Capivara (*Hydrochoerus hydrochaeris*). **Foto:** Eduardo Guimarães Santos

Nos últimos anos as capivaras têm atraído a atenção do público e da imprensa em todo país. Em parte, isso se deve ao descobrimento desse animal como "instagramável", sendo a protagonista de memes, posts, apelidos e lives. Em Brasília, o entanto, o que era motivo apenas de gracejo devido à proximidade com a população, vem tomando contornos obscuros com um evento recente de ataque a humanos e mais ainda pelo medo da febre maculosa. Entretanto, existe uma discussão profunda que

cerca esse debate sobre as capivaras em Brasília: como escolhemos lidar com a fauna nativa que vivem nas cidades e que, eventualmente, se torna numerosa.

A história da expansão urbana é impressionante. O crescimento do nosso cérebro permitiu a dominação do planeta, desde o surgimento de nossa espécie na África (cerca de 300 mil anos atrás) até a dominação de todos os continentes. Como disse o neurocientista Miguel Nicolelis: *“ao fim [de] dois milhões e meio de anos de evolução, os cérebros da nossa linhagem humana cresceram muito mais que o resto do corpo. [...] o crescimento em volume da massa cerebral humana, de aproximadamente três vezes, gerou um sistema nervoso que é por volta de nove vezes maior do que seria esperado para qualquer outro mamífero com o mesmo peso corpóreo que o nosso!”*. Entretanto, foi apenas nos últimos 200 anos que intensificamos as modificações ambientais, principalmente devido ao avanço tecnológico e a maior necessidade de agrupamentos densamente povoados. Como consequência, surgiram as grandes cidades. Hoje, mais de metade da população mundial vive em áreas urbanas, com constante aumento projetado para o futuro. Segundo o último relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC) é possível dizer que será nas cidades que os impactos da moderna exploração ambiental será mais intensamente sentido, principalmente devido ao forte adensamento.

Dentre os muitos problemas das grandes áreas urbanas, um parece passar despercebido: viver na cidade parece desconectar pessoas da natureza. É comum observar pessoas que andam pela cidade e não observam a fauna ao redor. Animais estão nas cidades, não apenas longe delas. Em uma praça durante uma tarde ensolarada podemos observar aves, calangos, micos, araras, muitas vezes ignorados pelas pessoas. Afinal, como poderemos lidar com os grandes desafios ambientais globais se as pessoas perderam a conexão com o ambiente natural? Como combater, por exemplo, a extinção

global das populações selvagens se não existir uma conexão, um sentimento de pertencimento e cuidado? Não é possível conceber um futuro que seja “apenas para uma espécie”. Esse futuro será triste e vazio. Será a “*Era da solidão*”, como disse o biólogo Edward O. Wilson.

Podemos usar as capivaras que vivem em Brasília para discorrer um pouco sobre esse tópico que envolve a desconexão das pessoas com a fauna e o interesse de poucos sobrepujando o interesse coletivo.

A data é 28/09/2023 e tomamos conhecimento de uma audiência pública que tinha por objetivo discutir o controle da “superpopulação” de capivaras no lago Paranoá de Brasília, através de uma proposta de projeto de lei. O projeto de lei (PL) Nº 616/2023 foi protocolado na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) pelo deputado distrital Ricardo Vale (PT) com o objetivo principal de “*Estabelece[r] medidas de prevenção e enfrentamento contra surtos de febre maculosa e outras doenças provocadas por carrapatos no Distrito Federal*”. Na justificção do projeto vemos o primeiro “desajuste” do texto que diz que “*Nos últimos dias fomos surpreendidos com a suspeita de um caso de febre maculosa*”. Como ser surpreendido por uma doença que ainda aguarda ser diagnosticada? Mas isso não é o mais assustador do texto, que está cercado de informações que não condizem com a realidade (que iremos discutir melhor ao longo do texto). O texto chama atenção, por exemplo, para “*o crescimento da população de capivaras na Orla do Lago Paranoá*”. Essa informação não está baseada nos dados mais recente de monitoramento de capivaras no lago Paranoá. Ainda, a proposta de projeto de lei justifica como exemplo de suas possíveis atuações para redução dessa grande população de capivaras (ilusório) da seguinte forma: “*Medidas semelhantes foram adotadas na Lagoa da Pampulha, em Belo Horizonte, e os resultados foram bastante satisfatórios. Em 2017, a população de capivaras no entorno*

*da lagoa chegou a somar 100 animais. Em 2022, o número foi reduzido para apenas 12 animais”.* Ou seja, basicamente a proposta é exterminar as capivaras seguindo exemplo de outras cidades que fizeram o mesmo.



Audiência pública do dia 28/09/2023 que discutiu a presença de capivaras no lago Paranoá, em Brasília, Distrito Federal. **Foto:** Eduardo Guimarães Santos

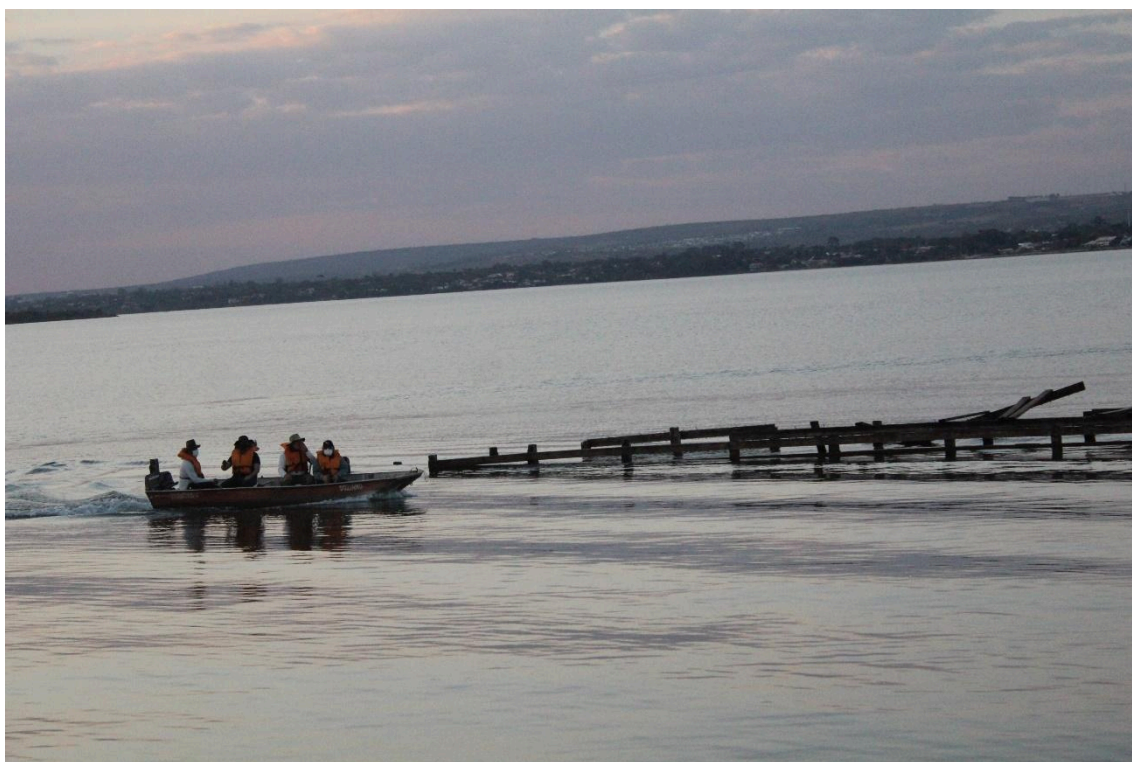
O tópico em discussão durante a audiência pública era de alta relevância, pois o próprio governo do Distrito Federal tinha direcionado a pouco tempo recursos para realização de um grande projeto com várias metas, dentre elas: “estimar as populações de capivaras”, “avaliar a prevalência de carrapatos” (que são comumente associadas as capivaras), “entender a percepção pública em relação as capivaras”, e muitas outras metas. Foi um grande projeto tocado por diversos pesquisadores e geridos pela Universidade Católica de Brasília – UCB, contando com a participação pesquisadores de outras instituições como parceiros e voluntários, entre eles a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e a Universidade de Brasília (UnB). Ainda, participou do projeto o doutor

José Roberto Moreira, um dos pesquisadores com o maior entendimento sobre capivaras do Brasil, com publicação de artigos científicos e livros sobre a espécie ao longo dos últimos 40 anos.

O projeto foi desenvolvido entre agosto de 2021 a setembro de 2022, totalizando 13 meses de execução. Segundo consta no [relatório](#) apresentado a Secretaria de Meio Ambiente do Distrito Federal (SEMA-DF) o projeto teve por objetivo “*Desenvolver pesquisa científica de monitoramento da população de capivaras para determinar a distribuição e índice de abundância de capivaras e carrapatos na orla do lago Paranoá e realizar educação ambiental para proteção da fauna e redução de conflitos*”, com suas atividades principais agrupadas em: “*monitoramento de capivaras, monitoramento de carrapatos e educação ambiental*”, totalizando mais de 10.000 horas de trabalho da equipe do projeto. Ainda, o projeto, que possui um relatório final de 160 páginas, englobou 11 metas explorando diversos aspectos que envolvem a interação das capivaras com a população local (veja [aqui](#) o sumário do projeto). O relatório é extenso, com resultados, discussões e conclusões sobre cada tópico. Apesar de não ser possível aprofundar em todos os resultados e discussões feitas, com base no relatório é possível afirmar que a maior parte do que foi colocado como discussão durante a audiência pública é ilusório. O relatório é categórico em afirmar que não existe uma superpopulação de capivaras no lago Paranoá em Brasília. Na verdade, a população parece estar estável e, quando olhamos o número de capivaras por km<sup>2</sup>, ou por km linear (depende de como o pesquisador definiu para comparação), o número é parecido com a de outros trabalhos e as vezes fica abaixo do observado em outros locais. Ainda, o relatório fornece dados de ocorrência dos animais no lago, mostrando que este é utilizado pelos animais em apenas poucas regiões. Ainda, faz um resgate histórico em relação a outros projetos de monitoramento de capivaras no Brasil, inclusive no lago



Paranoá, em Brasília. Apesar disso tudo, o requerente da audiência pública citada e o proponente do projeto de lei, o deputado Ricardo Vale, não tinha ciência de tal relatório e parece não ter consultado nenhum dos órgãos ambientais distritais sobre o tópico (isso ficou claro durante a audiência pública realizada). Uma pergunta fica no ar: por que esse relatório não está sendo considerado durante essa discussão?



Equipe do projeto retornando após a contagem de capivaras no lago Paranoá, em Brasília, Distrito Federal. **Foto:** Eduardo Guimarães Santos

Apesar de existir um relatório, encomendado pelo governo do Distrito Federal, que explora várias questões em relação ao manejo de capivaras na Orla do Lago Paranoá em Brasília, ninguém do projeto foi convidado a conversar sobre o tema. Em contrapartida, ao longo de todo o decorrer do projeto e posteriormente a entrega do relatório, várias entrevistas foram dadas aos diversos órgãos de imprensa locais, o que

nos indica que não era falta de conhecimento do projeto realizado e sim uma falta de interesse em escutar os especialistas no tema. É importante deixar claro que esse relatório foi amplamente discutindo com os órgãos ambientais distritais e federais, inclusive em uma reunião extensa no dia 04/07/2023 onde a pesquisadora doutora Melina Guimarães e eu (Eduardo) apresentamos todos os principais resultados e conclusões. Participaram também a Secretaria de Saúde do Distrito Federal, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Diretoria de Vigilância Ambiental em Saúde (DIVAL), Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Proteção Animal do Distrito Federal (SEMA), Instituto Brasília Ambiental (IBRAM), dentre muitos outros órgãos governamentais. Assim, é no mínimo estranho chegarmos na audiência pública sem nosso amplo trabalho estar sendo considerado. Ainda, nós (muitos pesquisadores que participaram da pesquisa) ficamos com a impressão de que a própria secretaria de meio ambiente (SEMA) estava surpresa com a audiência pública que iria ocorrer, demonstrando que o deputado não tinha consultado o órgão (apenas tinha informado que ocorreria a audiência algumas semanas antes).

Durante a audiência pública, que pode ser acessado no canal de YouTube “TV Câmara Distrital” com o título “[AUDIÊNCIA PÚBLICA 09H30 - Discutir a infestação de carrapatos no Distrito Federal- 28/09/2023](#)”, fica claro quais são os interesses de todos os envolvidos (afinal, a audiência é mesmo para isso). A mesa de discussão foi diversa e estava contendo todos os órgãos relevantes para discussão, como o Instituto Brasília Ambiental (IBRAM) e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Proteção Animal do Distrito Federal (SEMA-DF). Além disso, tinham representantes das entidades de clubes e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). O deputado, presidente da mesa, já inicia a discussão levantando o “problema da população de capivaras” e a “possibilidade da febre maculosa” no DF, apesar de deixar claro que os

casos não tinham sido confirmados. A audiência se estende por quase três horas e é cercada de discussões interessantes que nós não abordaremos aqui. Entretanto, queremos destacar alguns pontos: 1) os pesquisadores responsáveis pelo projeto e os órgãos ambientais do DF enfatizam a todo momento possível a importância de se basear em dados científicos nas discussões sobre manejo de fauna, trazendo diversas informações sobre a capivara (principalmente embasados no estudo realizado), a ecologia do lago Paranoá como um todo e até sobre a febre maculosa, 2) a população pediu a palavra para defender as capivaras, justamente por ser um animal bem apreciado pelos frequentadores do local, 3) ficou muito claro que existe “interesses” em exterminar as capivaras do lago Paranoá, e 4) as pessoas que estavam com interesse em retirar as capivaras do lago eram claramente anticientíficos, ou seja, o tempo todo deram a entender que os dados coletados e todo o conhecimento acumulado sobre as capivaras no lago Paranoá estava errado. Durante pronunciamento, por exemplo, podemos escutar frases como: “claramente existe um desequilíbrio ecológico. Antigamente eu não via capivara e agora eu vejo”, “estamos vendo um sintoma de aumento de carrapatos”, “precisamos impedir que as capivaras se aproximem das áreas urbanas”, “nunca se viu esse animal aqui [em Brasília] e agora vemos”, “vocês afirmaram que não existe aumento da população [de capivaras], mas isso não corresponde a realidade”. Ainda, houve menções mais explícitas a não confiabilidade nos dados coletados pelos cientistas durante a realização do estudo, como a do presidente do Sindicato de Clubes e Entidades de Classe Promotoras de lazer e Esportes do Distrito Federal (Sinlazer), o senhor Luís Gonzaga da Silva Filho, que disse: “Eu soube que houve uma pesquisa em que as pessoas, tanto as habitantes do lago como os sócios dos clubes, que elas não sentem o menor incômodo. Esse é um tremendo paradoxo. Eu estou aqui porque existe esse incômodo”. Após, o representante dos clubes novamente diz que existe um



incômodo porque as capivaras “já atacaram crianças”. Vejam bem, várias dessas falas vieram após os pesquisadores especialistas e os órgãos ambientais exporem vários resultados do estudo realizado, falando como não existe uma superpopulação, dentre outras informações científicas relevantes para o debate. Tiveram até comentários irrealistas de ataque de crianças que “chegam para brincar no lago e as capivaras atacam”. Isso nos parece o famoso pânico argumentativo: se constrói uma história ilusória colocando uma vítima inexistente (nesse caso uma criança indefesa). Se relata um ataque que nunca foi registrado e depois tira-se a conclusão de que isso é absurdo, então precisamos retirar as capivaras de lá. “não tenho nada contra os animais, mas precisamos fazer algo”, completou um dos representantes. Durante as falas fica claro os interesses e a influência que essas pessoas têm. Durante uma fala, por exemplo, o representante dos clubes disse que escreveu pessoalmente para o governador e que tem discutido isso desde 2022 com o governo do DF. Ou seja, os clubes estão decidindo os rumos de uma espécie da fauna silvestre, ou pelo menos pressionando o governo para que algo seja feito. Fica claro a urgência e atropelo para realização dessa audiência pública, e nada indica que seja pelo bem público.

Estranhamente, três dias após a audiência, é criada uma página no Instagram que está dedicada a discutir questões ambientais com o nome “Instituto Regenera: Organização da sociedade civil dedicada a preservação e regeneração dos ambientes naturais e construídos”. A página, esteticamente organizada, com design bem-feito inicia discutindo os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas. Após 15 postagens ao longo de um mês com esse tópico surge uma publicação com a imagem em desenho gráfico de um parque com um lago limpo no centro, com uma cidade ao fundo. Aves voando, animais nadando, uma pessoa passeando com um cachorro e uma capivara a frente na imagem, chamando mais atenção. A capivara, que

está em destaque, parece calma, olhando para o lago, vivendo em paz com o ambiente. Tudo aparenta ser lindamente construído. Abaixo da imagem se lê uma frase destacada: “Plano de Manejo das Capivaras no Lago Paranoá”. Na legenda encontramos a descrição da imagem, com a frase inicial: “Estamos desenvolvendo o PLANO DE MANEJO DAS CAPIVARAS NO LAGO PARANOÁ em Brasília, Distrito Federal”. O texto continua trazendo como objetivos gerais “o controle da população, minimização de conflitos e risco a saúde pública, e uma maior harmonia entre a vida selvagem e a comunidade local”. Até o momento que escrevo houve mais duas postagens que trazem a mesma legenda, com imagens diferentes. Em uma delas uma criança anda de mãos dadas com um filhote de capivara. As capivaras e a criança riem e aproveitam o parque juntas. O estranho é que ninguém responsável pelo tópico em Brasília estava sabendo desse plano de manejo que estava sendo feito. De fato, fomos procurados por diferentes pessoas que estavam tentando saber se conhecemos o responsável pela página, tendo em vista que os órgãos ambientais não estavam sabendo. Tentamos entrar em contato com o dono da página e consultar a SEMA e o IBRAM, sem sucesso. Pelo visto os funcionários não estão sabendo o que está acontecendo. As grandes questões são: alguém está custeando essa página do Instagram e esse plano de manejo? Se sim, quem e com qual interesse? Como está sendo criado um plano de manejo de uma espécie nativa sem consulta aos especialistas da área e sem os órgãos ambientais responsáveis estarem cientes? Essas questões fazem pensar que existe uma movimentação de interesses de pessoas bem articuladas (e com dinheiro claro, como ficou evidente durante a audiência pública) que querem que as capivaras sejam retiradas do lago Paranoá em Brasília.

O lago Paranoá, em Brasília, possui 37,5 km<sup>2</sup>. Está inserido no centro da capital, tendo importância central para o abastecimento da região. Lá é possível ver diversas

espécies da nossa fauna nativa se alimentando, reproduzindo, vivendo. Além disso, é uma área de lazer para a população local que enche sua orla para festividades e banhos em dias quentes (talvez o único momento que é possível voltar a ter uma conexão com a natureza que nos cerca). Apesar da expansão urbana recente em Brasília, com a supressão da vegetação nativa, a região do lago Paranoá está inserida dentro da Área de Proteção Ambiental (APA) do lago Paranoá, instituída pelo Decreto Distrital 12.055 de 1989. O decreto trás, logo no início de seu texto, que existe uma “necessidade de se preservar o cerrado, as várzeas e as matas ciliares” do local. Além disso, deixa claro a “necessidade de se proteger espécies da fauna do lago”. Ou seja, a muito tempo que entendemos a necessidade de manter a biodiversidade do lago Paranoá, para garantir água limpa, recreação e um ambiente equilibrado. Esse objetivo é primordial para os próprios humanos que vivem no Distrito Federal, que já é a 3ª maior área urbana do Brasil, com quase 3 milhões de habitantes.

Então, por que o recente incômodo com as capivaras no lago Paranoá em Brasília? Ou melhor, existe mesmo esse incômodo da população com os animais? A capivara é o maior roedor vivo hoje (podendo chegar a 65kg), sendo impossível não chamar a atenção por onde passa. São animais herbívoros, semiaquáticos e que vivem em grandes bandos. Ao andar um pouco na orla do lago Paranoá é comum observar as pessoas batendo fotos dos animais e até levando os filhos para olharem os grandes roedores, que se limitam a ficar em alerta e, em qualquer sinal de perigo, correm para água. De fato, é um animal incrível que deixa se aproximar sem grandes preocupações, principalmente em Brasília onde parecem já ter se habituado ao contado com as pessoas. Outra cena interessante de se ver é a falta de interesse dos animais em relação as pessoas que passam, ficando alerta apenas quando observam um cachorro. Entretanto, podemos sair apenas das nossas percepções e olhar os dados, ou seja, os

fatos. Durante a pesquisa que foi realizada em Brasília, foram entrevistadas quase 300 pessoas no local. Os entrevistados foram divididos em três grupos diferentes de pessoas: moradores (que eram entrevistados nas casas, durante visita dos pesquisadores), atletas frequentadores do lago (canoagem, *stand up* etc.) e “visitantes de áreas de lazer, às margens do lago”, como está pontuado no relatório. O primeiro resultado interessante foi que as pessoas têm percepções diferentes sobre as capivaras, com algumas se sentindo mais próximas aos animais e outras com maior receio. Claro que esse resultado era esperado, pois as pessoas têm vivências e experienciam o mundo de forma distinta. Um resultado interessante e que vai contra alguns “argumentos” feitos durante a audiência pública é o “terror” e o “medo” que as capivaras causam nos frequentadores do lago. Na verdade, a maior parte dos entrevistados (mais de 70%) acham que é possível o convívio das pessoas com as capivaras na região. De fato, parece que existe uma construção de medo dos animais que não tem lastro na realidade.

Morando em Brasília e trabalhando diretamente com isso ficamos durante esses últimos anos recebendo tudo (ou quase tudo) que saia sobre as capivaras em nossa região. Inclusive, alguns de nós deram extensas entrevistas sobre as capivaras durante esses últimos anos. Assim, após o passar do tempo, acreditamos que conseguimos pontuar as etapas de construção de uma possível repulsa às capivaras, que, como dissemos antes e queremos deixar claro, está sendo direcionado pelo interesse de poucas pessoas que possuem muita influência.

Primeiro, após um incidente no dia 22/02/2021, onde um morador foi mordido por uma capivara no lago Paranoá, começaram a aparecer reportagens sobre o perigo das capivaras no lago Paranoá. Uma constante nessas reportagens eram que as capivaras sempre estavam sendo tratadas como um animal agressivo, que poderia estar causando risco a toda população. É importante ressaltar que nesse período diversos especialistas

foram entrevistados e disseram que essa ideia de a capivara ser um animal perigoso era errada e não tinham como base os fatos e todo o conhecimento que acumulamos sobre a espécie. Juntamente com essas reportagens foram sendo divulgadas matérias sobre a possível “superpopulação” ou mesmo “descontrole populacional” de capivaras no lago. Apesar do esforço da construção dessa ideia, o tema foi aos poucos arrefecendo na mídia. De fato, como demonstrou o projeto de monitoramento das capivaras (que pontuamos anteriormente), não existe um descontrole populacional de capivaras. Na verdade, a população aparenta estar estável e tem número menores que o encontrado em relação a outros estudos em outras partes do país. Entretanto, em 14/09/2021 houve outro ataque, onde um marinheiro tomou uma mordida nas costas de um animal enquanto mergulhava. Como teve filmagem do momento do ataque, ficou claro que foi apenas um incidente onde coincidiu de o marinheiro estar debaixo d’água no momento que a capivara se assustou, pulou na água para fugir e acabou se deparando com o marinheiro. O animal morde o marinheiro e imediatamente se afasta. Os pesquisadores foram ao local, conversaram com o homem e deram diversas entrevistas sobre o ocorrido. Apesar disso, a mídia continuava a tratar as capivaras como uma ameaça dando a entender que existia uma “superpopulação” de capivaras no lago. Como já pontuamos, essa ideia não tem lastro na realidade.

Segundo, como a ideia de uma capivara perigosa não fez efeito e era facilmente desmentida, passaram a associar as capivaras a febre maculosa. A febre maculosa é uma doença perigosa e pode levar a morte e foi o tema da discussão da audiência pública. Entretanto, uma informação que sempre é omitida por quem quer o extermínio das capivaras no lago é que essa doença não existe em Brasília (pelo menos ainda). Não existe nenhum registro e essa associação é baseada em nada. De fato, os carrapatos, que são os vetores da bactéria que causa a febre maculosa, não são específicos das

capivaras, podendo ser carregados por cachorros, cavalos, humanos, e qualquer outro mamífero. Então, essa associação não faz sentido e não se justifica. Esse argumento foi amplamente discutido na audiência pública e ficou claro quem estava levantando esse apontamento como justificativa. Mas os órgãos ambientais e de controle de doenças deixaram claro como a ideia era ilusória e não estavam embasados em nenhum dato concreto.

Quem acompanhou todo esse debate em Brasília durante esses anos pode perceber a construções desse inimigo (as capivaras) através da formulação de diversas estratégias. Essas estratégias serão combatidas com dados concretos que facilmente refutam tais afirmações. Mas afinal, a quem realmente interessa retirar as capivaras do lago Paranoá? Essa é uma pergunta complexa, mas que, após a audiência pública, ficou cristalino igual água limpa. A área do lago é estratégica para quem tem dinheiro e usa o ambiente de forma privada. Basta ir aproveitar a orla do lago e reparar no número de lanchas, barcos e grandes clubes que detém uma parte grande desse acesso. Na audiência pública o representante dos clubes deixou claro como as áreas do lago não devem ser acessados por capivaras que “invadiram nosso ambiente”. No fim, a aversão as capivaras têm mais relação com a presença dos animais em áreas privadas (e que deveriam ser públicas, tendo em vista as leis ambientais que regulamentam a orla de lagos e rios no Brasil), que ocupam os espaços e defecam nos gramados, trazendo um desconforto para essas poucas pessoas. O pensamento é: como eu não quero pensar em como conviver, vamos exterminar. Entretanto, precisamos manter a reduzida fauna que ainda persiste a expansão urbana, mantendo nossa conexão com a natureza. O interesse coletivo deve ser priorizado. Então, ambientalistas e protetores dos animais de Brasília e de todo o Brasil, “uni-vos!”.